

Estudos do Trabalho

Ano I – Número 1 - 2007
Revista da RET
Rede de Estudos do Trabalho
www.estudosdotrabalho.org

Mercado de trabalho e os serviços pessoais e domiciliares no Brasil: O que são e por que investigá-los?¹

Leandro Pereira Morais²

1. Introdução

Ao longo dos anos 1990, verificou-se no Brasil que o setor de serviços passou a representar quase dois terços do emprego urbano metropolitano e responder por cerca de 56% do Produto Interno Bruto – PIB, de acordo com os dados do IBGE. Vale mencionar que a evolução recente das ocupações no Brasil sofreu fortemente as repercussões negativas decorrentes do comportamento geral da reestruturação da economia nos anos 90, fruto da “nova” orientação da política econômica³.

A recente dinâmica do mercado de trabalho caracteriza-se pela desarticulação da base do trabalho assalariado e pelo aumento intensivo dos segmentos ocupacionais não assalariados voltados, em sua grande parte, para o atendimento de serviços pessoais e domiciliares, ou seja, em ocupações de baixa qualificação e baixo rendimento,

¹ Este trabalho foi originalmente concebido, em forma de resumo, para apresentação no “V Seminário do Trabalho: Trabalho e Educação no Século XXI”, realizado em Marília – SP, entre 22 e 26 de maio de 2006. É fruto de dois anos de pesquisa em convênio DIEESE/CESIT, com financiamento do CNPq e orientado pelo Professor Dr. Paulo Baltar. Tema desenvolvido em minha dissertação de mestrado que, em breve será concluída, e também desenvolvido no trabalho publicado, na ocasião do Prêmio IPEA-CAIXA 2005, intitulado “Mercado de trabalho e os serviços pessoais e domiciliares no Brasil contemporâneo: modernização ou volta ao passado?”.

² Economista, Pós Graduado em Economia do Trabalho e Mestrando em Desenvolvimento Econômico pelo IE/ UNICAMP. Pesquisador do Centro de Estudos Sindicais e de Economia do Trabalho - CESIT/IE/UNICAMP. lpmorais@hotmail.com

³ Sobre essa questão, é interessante ver: Tavares (1997), Carneiro (2002), Baltar (2003; 2003 a e 2005) e Gomes (2005).

tornando-se, pois, o mercado de trabalho nacional cada vez mais precário e excludente (Dedecca, 2000).

Desde logo, é importante chamar a atenção para o fato das dificuldades teóricas e/ou conceituais que abarcam o estudo do setor serviços⁴. Certamente, a teoria econômica dispõe de uma vasta literatura examinando o comportamento dos setores primário e secundário; porém, em se tratando dos serviços, não foi capaz de produzir uma base de dados adequadamente organizada. Em outras palavras, atualmente o estudo do setor permanece prejudicado pela ausência de um conhecimento sistematizado do movimento e das mudanças que ocorrem em seu interior e no conjunto da economia como um todo (Cano, 1992).

Conforme notou Oliveira (1976:23), “o papel e a função dos serviços numa economia não tem sido matéria muito atraente para os economistas, a julgar pela literatura existente”. Segundo Offe (1989), o conceito de trabalho em serviços é de modo geral muito mal definido na literatura pertinente, em particular por estar associado, em determinados casos, à oferta de produtos imateriais, que não podem ser transportados e/ou armazenados, e tendo em vista o fato de que “a experiência cotidiana da pesquisa social confirma também que os indicadores mais eficazes são ao mesmo tempo os menos encontrados nas estatísticas econômicas e sociais oficiais” (Offe, 1989:134).

As dificuldades teóricas e conceituais e de classificação e mensuração das atividades do setor de serviços como um todo, intensificam-se quando se pretende analisar, de forma mais sistematizada, o segmento dos serviços pessoais e domiciliares. Em quase todas as formas de classificação e mensuração destas atividades encontradas em estudos já realizados, é facilmente perceptível a detecção de certos obstáculos analíticos.

Cunhados como “serviços de baixa qualificação⁵”, Almeida (1976) afirma que essas atividades “geralmente recebem tão pouca atenção que a própria coleta de dados

⁴ Para uma discussão acerca das principais referências bibliográficas que buscam compreender o significado do crescimento do setor de serviços nas economias capitalistas, é importante ver as contribuições de Almeida & Silva (1973), Almeida (1976), Andrade (1989), Offe (1991), Melo et al (1998), Kon (1999), Morais (2005).

⁵ Compreendem esses serviços: serviços de reparação e manutenção, serviços de alimentação e os serviços pessoais. Embora a autora entenda que os serviços domésticos remunerados se enquadrem como “serviços de baixa qualificação”, estes não são analisados neste clássico trabalho sobre o tema, pois a hipótese original do estudo foi “testada” a partir de estudos econométricos com base em dados da

peca por falta de um arcabouço teórico orientador” (p. 73). Além do que, geralmente estes serviços aparecem nas estatísticas de produto e de força de trabalho de vários países sob a denominação de “outros serviços” ou ainda de “prestação de serviços”, incluindo-se, muitas vezes, em várias combinações de atividades adicionais como do governo, atividades sociais, etc⁶. No entanto, esse segmento do setor de serviços está longe de poder ser negligenciado por parte dos estudos sobre o tema, inclusive por, recorrentemente, ser tido como as atividades que mais vêm gerando emprego e renda no país, sobretudo a partir de meados dos anos de 1950.

Tal constatação pode ser comprovada em Almeida (1976) que chamava a atenção ao fato de que o problema do emprego em “serviços de baixa qualificação” no Brasil tem-se agravado, “atingindo proporções dignas de preocupação”, uma vez que estes constituíram o subsetor que mais absorveu mão-de-obra, de 1950 à primeira metade da década de 1970; e também em estudos mais recentes, como o de Carvalho (2004) que, ao se referir a estas atividades como “serviços prestados às pessoas”, conclui que este foi o subsetor que respondeu pela maioria dos ocupados em serviços e no qual se verificou o maior número de ocupações novas na década de 90.

Frente às dificuldades teóricas e conceituais, além de muitas controvérsias, a existência de um amplo “setor de subsistência” na economia urbana tem sido alvo de um número crescente de estudos sob as óticas mais variadas. Como identificou Almeida (1976: 65), “Becker e Linder, com abordagens diferentes, focalizam a interação entre o trabalhador domiciliar, o trabalhador remunerado e o lazer”. Já “Mincer & Can estudaram a opção do trabalhador ‘secundário’ (mulheres e adolescentes) participar da força de trabalho ou se especializar no trabalho doméstico”. E “Kuznetes buscou avaliar a proporção do crescimento do produto nacional bruto americano atribuível a uma transferência de funções de âmbito doméstico para o âmbito do mercado”. O fato é que o aparecimento desses estudos indica a crescente importância em analisar e entender as questões que permeiam a evolução desse segmento do setor de serviços.

Especificamente em relação ao caso brasileiro, um interessante estudo sobre dispêndios familiares, também mencionado por Almeida (1976), intitulado “Household

produção (indústria) em tarefas de baixa qualificação, tais como os serviços de limpeza, manutenção, vigia, armazenamento, reparação, etc., uma vez que ela se deparou com a falta de informações adequadas com referência ao consumo de “serviços” propriamente ditos, ou seja, falta de informações sistematizadas em relação ao setor de serviços no Brasil.

⁶Veja, por exemplo, o artigo de Moretto & Pochmann (2005) que, ao analisar a distribuição dos ocupados no setor de serviços por subsetor, agrupam os serviços pessoais juntamente com os sociais e outros serviços coletivos, o que impede uma análise desagregada específica ao subsetor que estamos analisando.

demand for services in Brazil”, de 1972, mostra que as despesas familiares mais substituíveis pelo trabalho domiciliar tendem a ser os serviços de alimentação, vestuário e reparos domésticos e que, em geral, famílias maiores tendem a fazer seus próprios serviços em vez de comprá-los. Além do que, em relação ao trabalho doméstico, com base em um outro estudo “As 24 horas do dia carioca”, do Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro, de 1974, a autora mostra que, de fato, o trabalho domiciliar exige um tempo considerável do dia das mulheres e que, no Brasil, unidades familiares mais ricas tendem a poupar-se a essas tarefas, pagando pelos serviços domésticos que consomem, de modo que as classes de renda mais elevadas “poupam tempo” pagando pelo emprego de serviços domésticos.

Diante desta perspectiva, pretende-se neste artigo, refletir acerca de alguns aspectos que marcaram o aparecimento destas inúmeras ocupações de prestação de serviços às pessoas e às famílias, ao longo do processo de formação econômico-social e urbana no Brasil, a partir de uma breve revisão bibliográfica acerca do desenvolvimento econômico das cidades em São Paulo e no Rio de Janeiro. Posteriormente, propõe-se uma tipologia alternativa que incorpore as atividades consideradas como “Serviços Pessoais e Domiciliares” – SPD, no sentido de especular acerca das transformações recentes, com base na análise do perfil (sexo, posição na ocupação, faixa etária, escolaridade, ramos de atividades) dos ocupados que compõem este segmento ao longo do período compreendido entre 1992 e 2001, a partir dos dados da Pesquisa Nacional de Amostras por Domicílios – PNAD.

É válido mencionar que o ponto de partida deste trabalho leva em conta a idéia de “dualidade” dos serviços pessoais e domiciliares, ou seja, serviços estes caracterizados tanto pelos dos tipos mais tradicionais, como o serviço doméstico remunerado, quanto pelos mais “modernos”, relacionados, sobretudo, ao conforto e lazer das famílias mais finas e abastadas, num contexto predominantemente marcado pela desigualdade social. Em outros termos, de acordo com Guerreiro (2000), a complexidade e a heterogeneidade dos serviços prestados às pessoas e às famílias, estão ligadas a alguns aspectos, tais como o de que em determinados casos tratam-se de serviços mais tradicionalmente implantados na sociedade e, em outros, o seu surgimento é recente ou ainda praticamente desconhecido, embora com fortes potencialidades futuras. Além do que, alguns deles dirigem-se a segmentos restritos da população com maior poder econômico, enquanto que outros são mais generalizados. Dessa forma, conforme apontou a autora, p. 15, “os serviços de apoio à vida familiar podem abranger

uma grande diversidade de modalidades organizativas, dependendo do tipo do serviço familiar a ser prestado”.

Em outros termos, e utilizando-se das palavras de Lessa (2000: 166): “há um aperfeiçoamento e uma diferenciação da vida metropolitana, e é progressiva a sofisticação dos hábitos urbanos na medida em que a cidade cresce e amplia seus contatos externos; e este processo é acompanhado de uma crescente heterogeneidade social”, tendo em vista o fato de que “todas as transformações incidem numa sociedade escravagista e onde convivem aspectos mais ‘modernos’ e ‘urbanos’ com padrões tradicionais da organização socioeconômica”.

O artigo encontra-se estruturado da seguinte forma: após esta Introdução, no item subsequente, serão tecidas breves considerações acerca das inter-relações entre o processo de formação econômico-social e urbana no país com a questão da prestação de serviços pessoais, num contexto marcado por uma notória desigualdade social. Após, será proposta uma tipologia alternativa que considere a abrangente gama de atividades que compõem os SPD, para, na seqüência, analisar o perfil dos ocupados neste importante segmento do setor de serviços.

2. Formação econômico-social e urbana, prestação de serviços pessoais e desigualdade: breves considerações acerca de suas inter-relações

De acordo com Bruno (1991), a condição de metrópole do café, consolidada pela cidade de São Paulo aproximadamente nas três últimas décadas do século XIX e nas duas primeiras do século XX, se refletiu a partir de “traços particulares” na transformação e no engrandecimento de suas atividades comerciais e industriais. Neste momento, ao lado da intensificação das atividades ligadas ao comércio ambulante (quitandeiras de tabuleiros, vendedores de jornais, engraxates, flores, frutas e hortaliças, etc.), instalaram-se também os cafés⁷, bares, confeitarias⁸ e cervejarias “mais

⁷ Neste período, vale mencionar que houve notáveis transformações dos cafés paulistanos. De acordo com o “Almanaque da Província de São Paulo”, de 1888, citado por Bruno (1991: 1152), “o Java, que era também restaurante, anunciava que em seu estabelecimento o público podia encontrar ‘todas as condições de luxo e comodidade’, além de gabinetes particulares para as famílias, com serviço especial”.

confortáveis”, ou como descreveu o autor, “cafés até com gabinetes reservados para as famílias mais finas”. Surgiram também hotéis, “inclusive com bastante conforto e luxo”, sobretudo o “Grande Hotel”, com “ares dos bons hotéis da Europa”, que atraiu diversos deputados provinciais, além do príncipe da Prússia, irmão de Guilherme II⁹.

Ao mesmo tempo, começavam a aparecer estabelecimentos de restaurantes e botequins para os “mais populares” que vendiam café, bebidas e alimentos e eram conhecidos como “quiosques”; montados no centro ou nos bairros, procurando, sobretudo, os largos, a vizinhança das estações de trem e das pontes¹⁰ e a proximidade dos mercados. Nas palavras de Cássio Mota, mencionado por Bruno (1991: 1155), “os quiosques eram feitos de madeira e de formato cilíndrico, espécie de ‘café-bars’, cravejados de moscas, onde além do popular café com leite e pão com manteiga, encontravam-se refrescos diversos, bebidas, cigarros de palha, fumo de corda, biscoitos, balas, bilhetes de loteria, graxa e cordões para sapato”.

Uma outra questão que chamou a atenção de Bruno (1991), ao descrever as transformações pelas quais passavam a cidade de São Paulo, foi a questão do vestuário e embelezamento para os mais “afortunados”, visto que estes podiam encontrar, tanto para homens, quanto para mulheres, “todo o necessário para que se apresentassem no rigor da moda de Paris, vestindo-se, penteando-se, perfumando-se e adornando-se de jóias custosas” (p. 1161). Além do que, na “Rua Imperatriz”, podiam encontrar também

⁸ No começo do século XX as confeitarias de luxo se fixaram sobretudo no Largo do Rosário e na Rua Quinze de Novembro, visando corresponderem, de acordo com Bruno (1991), ao enriquecimento e ao cosmopolitismo que começaram a dominar a existência da cidade.

⁹ Segundo “A Academia de São Paulo”, mencionado pelo autor, o “Grande Hotel” ocupava todo um quarteirão no beco da Lapa, indo da Rua de São Bento até a de São José (Lidero Badaró) e era um “edifício magnífico, com um vestíbulo soberbo”. Sem dúvidas, “o melhor do Brasil, com os melhores serviços de cozinha e de adega”, além de “candelabros a gás que iluminavam o vestíbulo e uma escada de mármore branco, onde um empregado de ‘irrepreensível estilo e toailete’ avisava o porteiro o recém-chegado” (p. 1150).

¹⁰ A questão do trem, do bonde e dos viadutos, tratada, sobretudo, no capítulo IV do livro de Bruno (1991) é de suma importância para entender o contexto de desenvolvimento econômico da cidade de São Paulo. No final do século XIX, a multiplicação das estradas de ferro teve importância ímpar para o “destino” da cidade, consolidando seu caráter de metrópole do café, além de servir para valorizar certas “várzeas paulistanas até então desprezadas”, fazendo com que nelas se “edificassem alguns bairros operários que se integravam no corpo urbano” (p.1054). Além do que, as estradas de ferro serviram para intensificar a proliferação do comércio, através de um sistema bem mais moderno que a dos “caminhos e as tropas de burro”. O autor ainda coloca que “o esplendor ferroviário em São Paulo foi simbolizado nessa época pela construção da Estação da Luz, edifício de proporções monumentais, dotado de comodidades das mais notáveis edificações de seu gênero em todo o mundo” (p. 1061). Sobre essa questão, é interessante ver também Lessa (2000), sobretudo o capítulo V, que afirma que as ferrovias propiciaram, para a cidade do Rio de Janeiro, a multiplicação de pequenos produtores rurais e o estabelecimento de novas manufaturas com as estações ao longo das “vias de penetração” e com a colheita dos subúrbios cariocas. Além do que, com a expansão populacional e o barateamento do aço, os bairros passaram a ser interligados por bondes sobre trilhos, alavancando ainda mais o comércio a varejo nos bairros do Rio de Janeiro.

“cabeleireiras de madames” e estabelecimentos “ostensivos” de barbearia, como o “Au Figaro Parisien”, que colocavam em suas portas o “distintivo do ramo”, ou seja, um “pratinho amarelo de latão”.

Ribeiro (1996), ao retratar o mercado de trabalho na cidade de São Paulo, a “capital do capital”, nos anos de 1920, num contexto marcado por uma nova dinâmica representado principalmente pelo aparecimento de algumas indústrias e a conseqüente movimentação urbana, afirma que “a complexidade do crescimento urbano da capital originava-se da maior integração e diversificação das atividades produtivas”; fato este evidenciado pelo aumento do número de estabelecimentos inscritos nos “Livros de Lançamento de Impostos Sobre o Capital”, realizado entre 1914 e 1929, que passaram de 7.785 para 23.958. Destes estabelecimentos, os que apresentaram maior crescimento foram, de acordo com a autora, os de transporte e comunicações, mercado de crédito, indústria extrativa, comércio de imóveis e, em seguida o setor de serviços pessoais, “cujo número de estabelecimentos, em 1929, era quase cinco vezes maior do que o registrado em 1914” (p. 346).

Segundo a autora, mediante esse contexto, marcado por novos “comportamentos e atitudes urbanas”, “o melhor exemplo para ilustrar a urbanidade dos comportamentos é o crescimento do número de estabelecimentos prestadores de serviços tais como barbearias, cabeleireiros para homens e para mulheres, etc”. Além do que, em relação ao gênero do setor de serviços composto por hotéis, pensões, cafés, bares, restaurantes, botequins, sorveterias, etc., vale dizer que estes aumentaram em cerca de quatro vezes o número de seus estabelecimentos, sem mencionar que um outro grupo de serviços representado pelas alfaiatarias, sapatarias e ateliês de costura, também tiveram um desempenho aproximadamente da mesma magnitude, com destaque às oficinas de costura para senhoras, que passaram de 21 para 170, entre 1914 e 1929. Em suma, para Ribeiro (1996), os anos 20 reúnem uma série de transformações da sociedade paulistana que podem ser resumidas, fundamentalmente, em: a) consolidação do modo de vida urbano; b) integração dos setores industriais; c) novas correntes de trabalhadores vindos de outros países e de regiões empobrecidas do Brasil e d) diversificação do comércio e dos serviços pessoais.

Um outro aspecto que também merece ser mencionado refere-se às atividades recreativas, de esporte e de lazer. Depois de 1870, as manifestações religiosas, as procissões, bem como o esplendor dos conventos e das torres de igreja vão perdendo importância, em grande medida, explicado pelo aumento dos locais de passeio e de

divertimento, além dos clubes recreativos e das competições esportivas. Conforme apontou Bruno (1991: 1221), “nas últimas décadas oitocentistas surgiram em São Paulo centros de recreação (...) começaram a ser feitas corridas regulares de cavalos em hipódromos (...) apareceu a lanterna mágica, precursora do cinema (...)”. Além do que, foi ainda no último quartel do século XIX que os esportes bem dizer começaram a ser praticados entre os moradores da cidade: “disputavam-se partidas de cricket entre ingleses e depois de futebol, logo adotado pelos brasileiros, fundando-se as primeiras equipes para a sua prática (...) os esportes náuticos começavam também a desenvolver”, além do surgimento de “entidades para estimular o automobilismo e a equitação”, atividade esta que, a partir de 1876, passou a ser realizada no então fundado Jockey Club de São Paulo.

Diante desses “novos moldes de vida”, para Bruno (1991), as procissões se tornavam “anacrônicas”, no entanto, fundamentalmente para as classes mais endinheiradas. Inclusive, é interessante mencionar que as “reuniões dançantes”, além de atividades artísticas, “devem ter representado um dos objetivos de muitas das sociedades que se fundaram na última parte do século XIX”, tais como o “Cassino Paulistano” e o “Clube Democrático”, além de outros lugares freqüentados pela elite paulistana como a “Sociedade Belas Noites” e a “Sociedade Dançante Flor da Aurora”. Para os mais “populares”, as festas religiosas ainda eram tidas como exemplo típico de diversão, além do passeio de bonde do Largo da Sé ao Jardim do Ipiranga e dos circos, que inclusive mantiveram grande prestígio como diversão popular.

Na visão de Lessa (2000), foi também no final do século XIX que começaram a prosperar as “atividades recreativas e de lazer” no Rio de Janeiro. Segundo ele, “as festas religiosas sempre foram valorizadas como necessidade essencial de lazer pelo povo livre e pobre”, enquanto que para os mais “endinheirados”, as diversões “clássicas” eram o teatro e os bailes “famosos”, além do que, neste período, “evoluiu-se lentamente o costume de comer fora e de freqüentar confeitarias”, sendo as referências do momento, a Confeitaria “Paschoal” e o sofisticado restaurante no Hotel “Pharoux”. Um outro aspecto levantado pelo autor refere-se ao fato de que essa “dualidade social” se explicitava inclusive nos primeiros bailes carnavalescos, em 1840, no Hotel Itália, pois “o popular ocupava a rua com o estruendo, de origem portuguesa”, enquanto que a elite “inspirada no modelo veneziano, fez o baile oligárquico das máscaras em salões inteiramente reservados”. Assim como o retratado para a cidade de São Paulo, no Rio de Janeiro, aos mais ricos cabiam também a realização de uma sucessão de costumes

esportivos, “absorvidos”, em sua maioria da Inglaterra, com exceção da esgrima, de influência francesa.

Em momentos posteriores à década de 20, levando em conta seus aspectos de transformações urbanas anteriormente mencionadas, Cardoso de Mello & Novais (1998), tendo como marco o ano de 1930, afirmam que:

“num período relativamente curto de cinquenta anos, de 1930 até o início dos anos 80, e, mais aceleradamente, nos trinta anos que vão de 1950 ao final da década de 70, tínhamos sido capazes de construir uma economia moderna, incorporando os padrões de produção e de consumo próprios aos países desenvolvidos” (p.562).

Ou seja, nestes “anos de transformações assombrosas que, pela rapidez e profundidade, dificilmente encontraram paralelo neste século [XX]” (p. 585), os autores defendem a idéia de que a sociedade estava “em movimento”, tendo em vista, sobretudo a consolidação do nosso processo de industrialização “rápida” e de urbanização “acelerada”. Na visão deles, fomos capazes de construir uma “economia moderna”, com base no aço, na gasolina, no petróleo, no diesel, nas rodovias, nos “arranha-céus”, na indústria automobilística e na utilização de uma gama de produtos eletrodomésticos.

Em outros termos, este período foi marcado por momentos decisivos do processo de industrialização, seguido pelo aparecimento de novos padrões de consumo e de estilos de vida. Como parte das principais transformações, os autores apontam: a) mudanças significativas no sistema de comercialização; b) aparecimento do hábito de “comer fora”; c) transformações dos hábitos de higiene e limpeza pessoal e da casa (uso de detergentes, sabão em pó, desodorantes, pasta de dentes, etc.); d) revolução no vestuário (utilização das roupas sintéticas e de produção em massa, etc.), além de uma espécie de “modernização da beleza” propiciada pelos aspectos ligados ao aparecimento dos novos hábitos de higiene pessoal e no vestuário, além de uma maior utilização de cremes, esteticistas, etc.

Na segunda metade da década de 50, o crescimento urbano e a industrialização são fundamentais para a criação de novas oportunidades ocupacionais referentes à comercialização, reparações, serviços de lazer e diversão, além dos empregos ligados à indústria de transformação. Nos anos 60, dado o elevado e contínuo crescimento econômico, além da diferenciação dos aparelhos econômicos e sociais do Estado,

aparecem oportunidades novas para os especialistas, técnicos e professores de nível superior. A “contemporaneidade capitalista” da década de 70, dada a brutal expansão econômica e consolidação do sistema industrial,

“revelou-se na diminuição dos trabalhadores sem remuneração, no crescimento do emprego nas grandes empresas e no Estado, na indústria, no comércio, nos serviços administrativos, sociais e associados à produção, no aumento do trabalho qualificado e da formalização dos contratos sociais, na forte ampliação do operariado da grande empresa e dos segmentos médios assalariados” (Henrique, 1999: 43).

De acordo com Baltar & Dedecca (1992), ao longo da década de 70, o baixo crescimento da ocupação agrícola total provocou um massivo deslocamento da PEA para atividades não agrícolas, num contexto onde “o rápido incremento das oportunidades de emprego não agrícola facilitou a absorção desses contingentes populacionais” (p. 14), sobretudo nas atividades ligadas à indústria de transformação, construção civil e no comércio, além dos ramos de atividade educação, governo, recreação, saúde, transporte e comunicações, bancos e outras atividades financeiras; ramos estes cujos requerimentos de qualificação e mesmo de escolaridade formal eram imprescindíveis. Em relação às atividades ligadas aos serviços domésticos e outros serviços pessoais, segundo dados mencionados pelos autores, elas responderam, respectivamente, por 12,3% e 11,2% das novas ocupações criadas nas décadas de 60 e 70 no país.

Do ponto de vista setorial, até 1969, segundo Singer (1971), o setor primário foi o que mais absorveu força de trabalho. Em termos absolutos, o volume de empregos aumentou entre 1960-69, tendo em vista o baixo nível de mecanização e o incremento da demanda (aumento do crescimento vegetativo, urbanização, etc.). No setor secundário foi significativo o avanço do setor industrial, sendo que o emprego industrial passa de 14% do emprego total entre 1950-1960, para 18,8% entre 1960 – 1969. Para Pastore & Silva (2000), o emprego ligado a indústria de transformação aumenta de forma extraordinária a sua participação relativa no emprego entre 1960 – 1980 (de 8,6% entre 1950-60, passa para 11% entre 1961-70 e para 15,7% entre 1971-80).

No setor terciário¹¹, de acordo com Singer (1971), expandem-se as atividades ligadas aos serviços de consumo individual, sobretudo nos serviços pessoais (principalmente emprego doméstico) e os empregos exercidos pelos profissionais liberais, que aumentou muito no período e é uma classe extremamente heterogênea e diversificada, tanto no que se refere às atividades ocupacionais e formas de inserção, quanto ao nível de escolaridade e níveis de rendimentos. Uma outra fonte de geração de empregos no terciário se deu nos serviços de produção, englobando os relacionados aos transportes, comunicação, comercialização, etc. Deve-se destacar também o papel dos serviços coletivos, sejam os serviços governamentais (administração pública e defesa governamental), sejam os de infra-estrutura (energia, abastecimento, transportes, etc.), além dos serviços sociais (saúde, educação, saneamento, etc.).

Uma questão de extrema relevância ao analisar a estrutura sócio-ocupacional que emergiu no período de crescimento até o final dos anos 70 refere-se à “feminilização das ocupações brasileiras”. Dados da Cepal (1989) mostram que em 1960 a PEA feminina era de 17,8%, enquanto que nas décadas posteriores de 1970 e 1980, sua participação passou, respectivamente, para 20,9% e 27,5% da PEA total. O aumento das mulheres no mercado de trabalho nacional está intimamente relacionado com uma das mais profundas modificações na estrutura sócio-ocupacional brasileira, de acordo com a Cepal (1989), ou seja, este estudo propugna a tese de que houve nesse período um processo de transformação social e cultural em grande parte das mulheres brasileiras, modificando inclusive a relação inserção ocupacional – estratificação social¹².

Em se tratando da entrada da mulher no mercado de trabalho, é interessante mencionar que Guerreiro (2000), ao analisar o comportamento dos “household services” nas áreas metropolitanas de Lisboa, propugna um interessante argumento para o crescimento das atividades prestadas às famílias. Segundo a autora, a “profissionalização massiva” das mulheres, a partir da década de 70, implicou numa notória transformação das relações sociais e, portanto, em mudanças nas configurações da vida familiar, fazendo “aparecer” diferentes “necessidades pessoais” (tais como restaurantes e lojas de “pronto a comer”, refeições ao domicílio, serviços de reparação

¹¹ O autor divide o setor de serviços em: serviços de produção (comércio de mercadorias, de imóveis, valores imobiliários, crédito, transporte, comunicação e armazenamento); serviços de consumo individual (pessoais e profissionais liberais); serviços de consumo coletivo (administração pública e atividades sociais) e serviços de reparação, classificados de acordo com a classificação utilizada pela indústria.

¹² Embora esta questão seja de extrema importância para discutir o mercado de trabalho, não será possível, neste artigo, arrolar mais tal discussão. É interessante ver: Cepal (1989), Guerreiro (2000) e Leone (2003).

diversos, serviços de lavanderia e engomadoria ao domicílio, residência de idosos, creches, infantários e serviços de baby sitting, serviços de terapia e enfermagem, além de serviços domésticos profissionalizados); necessidades estas que “mudam no tempo, à medida que os processos sociais ocorrem e impõem novos estilos de vida” (p. 21).

Em suma, percebe-se que durante esse período de rápido crescimento constituiu-se uma estrutura sócio-ocupacional capitalista e moderna, porém com extrema pobreza, além do crescimento de grupos sócio-ocupacionais de baixa remuneração, num contexto de políticas de contenção salarial e de manutenção dos índices de concentração (Cepal, 1989). O fato é que tais transformações sócio-econômicas reproduziram forte estratificação de renda entre os diversos estratos ocupacionais e também no interior deles, no bojo de uma extrema “polarização social”. É de suma importância frisar que, em se tratando das relações entre a estrutura sócio-ocupacional que emergiu no período de crescimento e o perfil de distribuição de renda, conforme notou Henrique (1999: 105), “em meio a um brutal desenvolvimento material e a uma imposição de novas necessidades foi-se construindo uma das sociedades mais desiguais do mundo”.

Nesse sentido, Baltar & Dedecca (1992), ao explicarem o crescimento dos serviços domésticos e de outros serviços pessoais ao longo das décadas de 60 e 70 no Brasil, argumentam que “o incremento ponderável desse tipo de oportunidade ocupacional está estreitamente relacionado com a desigualdade de renda imperante no país”. Segundo eles, “o crescimento do emprego doméstico e das ocupações como vigia, por exemplo, pode ter sido significativo, em grande medida, por causa da elevada magnitude das diferenças de renda, que permite a uma família pagar para ter uma pessoa a sua disposição e /ou para cuidar de seu patrimônio” (p.16).

É neste contexto de crescimento econômico com desigualdade que Gorz (2003) encontra respostas para explicar a proliferação dos serviços pessoais e domésticos. Para o autor, tal proliferação é possibilitada pela crescente desigualdade social, de tal modo que uma fração da população “açambarca” as atividades com melhores remunerações em detrimento de uma parcela maior da sociedade que é forçada a “reforçar o papel de serviçais”. Para ele, “a desigual repartição do trabalho da esfera econômica e a desigual repartição do tempo que a inovação técnica libera fazem com que alguns possam comprar de outros – reduzidos a serviçais dos primeiros – um extra de tempo livre” (p.

18), num contexto de “domesticarização”¹³, isto é, “a transferência a uma massa economicamente e socialmente marginalizada do trabalho antes atribuído à ‘dona de casa’” (p. 155).

Nesta perspectiva, no caso brasileiro, Cardoso de Mello & Novais (1998: 584) chamam a atenção ao fato de que:

“são incontáveis as mulheres, antes mergulhadas na extrema pobreza do campo, que se tornaram empregadas domésticas, caixas, manicuras, cabeleireiras, enfermeiras, balconistas, atendentes, vendedoras, etc. que passaram a ocupar um sem-número de postos de trabalho de baixa qualificação, alguns de qualificação média”.

Isso, sem mencionar que os ocupados do sexo masculino que eram “desprezados pela sorte” – um número bastante substancial – se “converteram” em porteiros, vigias, garçons, manobristas de estacionamento, mecânicos, motoristas de táxi, etc. Ou seja, de forma geral, os autores defendem a idéia de que os postos de trabalho acessíveis para os migrantes rurais e também para os cidadãos pobres e suas mulheres eram os da construção civil, os serviços domésticos e as ocupações de serviços em geral sem carteira, como por exemplo, serviços de limpeza, de carregador de saco de cereais, de vigia noturno, de cozinheiro, vendedor ambulante ou lavador de automóvel; atividades estas pertencentes ao que os autores consideram como “nível inferior” da sociedade.

Neste sentido, a existência de alguns ramos de serviços pessoais “mais modernos” está ligada ao fato de que “desfrutando do gasto da elite, defrontamos com uma camada de profissionais que prestam serviços, com grande proveito financeiro, ao corpo estressado e à alma talvez atormentada dos endinheirados e de sua família” (Cardoso de Mello & Novais, 1998: 610), que são, dentre outros, promotora de festas e eventos, proprietários de prósperas academias de ginástica, de dança, balé, natação, tênis, figurinistas, esteticistas, cabeleireiros elegantes, massagistas, donos de spas, dermatologistas. Além, é claro, dos donos de restaurante de luxo, dos bares de “granfinos”, do shopping center de bairros ricos, da loja de alimentos sofisticados e bebidas importadas, casa de carnes especiais, agência de turismo “de rico”, etc.

¹³ Esse termo Gorz (2003) tomou emprestado da socióloga alemã Claudia von Werlhof, citada p. 155, rodapé 39.

Para estes autores, “com base no gasto suntuário dos ricos e dos privilegiados, forma-se uma ‘nova camada de clientes’ – uma espécie de agregado moderno”; que incluem, inclusive, certos “trabalhadores comuns” mais especializados e com melhores níveis de qualificação, como cozinheiros - chefes, garçons e maîtres dos restaurantes de luxo, empregadas domésticas com certo grau de especialização, caseiros das mansões de campo ou de praia, alguns marceneiros, encanadores, eletricitas, vendedoras de lojas elegantes, pilotos de jatinho particular ou de helicóptero, manicures de salão de beleza de alto luxo, professores bem remunerados de academias de dança ou de ginástica, personal trainer, etc.

Sem a intenção de uma discussão mais aprofundada nas questões que envolvem o estudo da “nova classe média”¹⁴, o que se pretende chamar a atenção é o fato de que esse grupo heterogêneo de ocupados, tendo em vista, inclusive, a possibilidade de acréscimos em sua renda familiar, possibilitada pelo trabalho da mulher, passa a ter também acesso aos “modernos” padrões de consumo, sobretudo em setores tais como os de alimentação, vestuário, higiene pessoal e beleza, etc. Além do que, em suas residências, podemos encontrar o automóvel, todas as “maravilhas eletrodomésticas”, a possibilidade de viajar pelo Brasil, de carro ou de avião, “hospedando-se em hotéis razoáveis”¹⁵.

Diante deste cenário, é de suma importância frisar que, em se tratando desses tipos de serviços no Brasil, alguns dos “serviços consumidos pela elite”, tornam-se acessíveis aos grupos de renda intermediária, tendo em vista o fato de que são prestados por “profissionais mais baratos”, ou por empresas voltadas para essa faixa de mercado, como os casos dos empregados domésticos menos qualificados, dos salões de beleza para a classe média, das “prostitutas da casa de massagem”, da churrascaria do tipo rodízio, das academias mais modestas, etc. Em outros termos, os autores denunciam o fato de que “o padrão de vida da ‘nova classe média’ beneficia-se muitíssimo dos serviços baratos”. Isso, pois:

¹⁴ Sobre essa discussão é interessante ver a Tese de Doutorado de Quadros (1991) e também Quadros (2003).

¹⁵ Sobre essa questão, deve-se levar em conta, além da entrada da mulher no mercado de trabalho, um importante fator: a expansão do sistema bancário que passou a financiar o consumo dos bens duráveis (automóveis, geladeiras, TV, etc), de bens de consumo (têxtil, alimentos, vestuários, bebidas, móveis, eletrodomésticos, etc), além da casa própria e também de viagens a turismo. Henrique (1999) trata desta questão em sua Tese de Doutorado e aponta como fatores de “deslizamento” do consumo de bens duráveis para as camadas de menor renda, sobretudo: o desenvolvimento do crédito, o mercado de segunda mão e o aumento do número de ocupados na família.

“no Brasil, a empregada doméstica é barata, o churrasco – rodízio é barato ou a pizza de segunda são baratos por que o churrasqueiro e o pizzaiolo ganham pouco, o salão de beleza é relativamente barato por que a cabeleireira e a manicure ganham pouco, etc. Esse tipo de exploração dos serviços pela ‘nova classe média’ reduz seu custo de vida e torna o dia a dia mais confortável do que o da classe média dos países desenvolvidos”

No entanto, frente à “permissividade” dos baixos salários, devemos levar em conta, conforme apontou Barbosa de Oliveira (1998: 01), o fato de que “o mercado de trabalho brasileiro é historicamente marcado pela heterogeneidade, que reflete uma herança social”, visto que “o desenvolvimento econômico, ao invés de promover a homogeneização, criou uma série de desigualdades que não foram superadas desde o período colonial”. Nesse sentido, resta ao amplo “contingente urbanizado pobre e livre” que “subsistam” em formas não assalariadas. Ou seja, o homem popular brasileiro tem que “se virar” para sobreviver. Isso, pois, para Lessa (2000: 228):

“o crescimento insuficiente do mercado de trabalho organizado e a ampliação da população engendraram a multiplicação de atividades paralelas de subsistência. Foram preservadas as modalidades tradicionais e, neste cenário, acelerou-se o aprendizado da arte de sobreviver no urbano. Foi estimulado o exercício de criatividade e adaptabilidade. A criatividade deriva-se da precariedade da inserção do povo pobre e de sua necessidade de sondar e delinear continuamente brechas para subsistir, uma criatividade popular que vai além da subsistência e desdobra-se nos demais campos da vida social”.

3. O que são os Serviços Pessoais e Domiciliares: esclarecimentos metodológicos

Conforme já enunciado, o estudo do setor de “serviços pessoais e domiciliares” – SPD - tem sido prejudicado, bem como o setor de serviços como um todo, por limitações conceituais e pela relativa ausência de informações sistematizadas sobre sua composição e suas mudanças estruturais. No entanto, é bastante recorrente afirmações a respeito do fato do crescimento da importância deste segmento do setor de serviços, sobretudo frente aos aspectos inerentes ao mercado de trabalho brasileiro nos anos 90.

Para o nosso estudo, uma classificação inicial optou-se por utilizar como referência o estudo de Browning & Singelmann (1978) que divide o setor serviços em serviços produtivos (serviços bancários, financeiros, seguros, imobiliários, de arquitetura e engenharia, auditoria, contabilidade), serviços distributivos (transporte, armazenamento, comunicações, comércio por atacado e varejista), serviços sociais (saúde, educação, serviços religiosos, postais, outros serviços governamentais) e

serviços pessoais (domésticos, reparação, higiene e beleza, hospedagem, diversões, etc.).

Partindo-se desta tipologia, uma primeira investigação, com base em tabulações especiais feitas com os microdados da Pesquisa Nacional de Amostras por Domicílio – PNAD, realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, abordou os “serviços pessoais e domiciliares”, levando em conta o fato de que, para a PNAD, em sua relação de Código de Atividades, o código “531” refere-se aos “serviços pessoais” e englobam as seguintes atividades: academias em geral (aeróbica, artes marciais, balé, capoeira, ginástica, ioga, karatê, musculação, etc.), cabeleireiro, banho, barbearia, corte, alisamento, permanente e similares, depilação, clínicas de emagrecimento, instituto de beleza (higiene pessoal, esteticista, manicure, etc.). Ou seja, em se tratando deste segmento do setor de serviços, constitui-se uma gama de atividades bastante restrita.

Assim, no intuito de comparar os anos de 1992 e 2001, os primeiros estudos de Moraes (2004 e 2004 a) optaram pela necessidade de incorporar ao estudo outros ramos tidos como pertencentes ao segmento de SPD, de modo a expandir essa tipologia.

Logo, além das consideradas na classificação da PNAD, por nós designadas de serviços de “Cuidados com o Corpo”, foram incorporadas as seguintes atividades: 1) Serviços de Bares e Restaurantes, referente ao código “512” e englobam atividades tais como adega, alimentação, bar, bomboniere, botequim, serviço de bufet, de café e bar, cantina, confeitaria, pastelarias, pizzarias, lanchonetes, etc; 2) Serviços de Manutenção e Reparação, referente aos códigos “521”, “522”, “523”, “524” e “525”, englobando atividades de prestação de serviços de manutenção e reparação em máquinas e em veículos, como, por exemplo, aparelho de som, máquinas de costura, de calcular, rádio, TV, ventilador, alinhamento de rodas, automóveis, bicicletas, caminhão, estofados, artigos de madeira, móveis em geral, etc; 3) Serviços de Vestuário e Lavanderia, referente aos códigos “532”, “533” e “541”, contemplando atividades de alfaiataria e artigos de vestuário e de calçados em geral, além de engomadeiras e lavanderias, passadeiras, tinturarias, etc; 4) Serviços de Diversão, referente ao código “551”, cujas atividades principais são: agência de filmes, aluguel de barcos, bicicletas, etc, bandas, casa de danças, de bilhar, boliches, parques temáticos e de diversões, etc, teatro, cinema, circo, produção de espetáculos, etc; 5) Serviços de Hospedagem, referente ao código “511”, englobando as atividades de albergues da juventude, dormitório de estrada, hospedagem em hotéis, pousadas, pensionatos, etc; 6) Serviços Residenciais, referente ao código “542”, contemplando as atividades de administração de condomínios,

aplicação de sintecos, detetização, limpeza de piscina, de caixa d'água, de fossas, etc); 7) Serviços de Segurança, referente ao código “543”, englobando as atividades de guarda patrimonial, segurança domiciliar, vigilância particular, etc e 8) Serviços Domésticos, referente ao código “544”, representado fundamentalmente pelo serviço doméstico remunerado, embora também apareçam atividades tais como governanta, cozinheira, etc.

Tendo feitas estas importantes considerações, ou seja, estabelecendo como SPD às atividades acima especificadas¹⁶, pode-se avançar no sentido de especular acerca de suas transformações recentes, a partir da análise do perfil (sexo, posição na ocupação, faixa etária, escolaridade, jornada de trabalho, ramos de atividades) dos ocupados neste segmento entre o período de 1992 e 2001¹⁷, no Brasil.

3.1 Mercado de trabalho e o perfil dos ocupados em SPD no Brasil entre 1992 e 2001

Antes de analisar especificamente o perfil dos ocupados em SPD, cabem algumas observações acerca da contextualização deste subsetor em relação ao total dos ocupados agrícolas e não-agrícolas no país, no intuito de chamar a atenção ao peso significativo dos ocupados que contemplam os SPD, algo em torno de 20% do total das ocupações no país. Conforme podemos notar na Tabela 1, a seguir, em 1992, o peso dos ocupados nos Serviços em geral, incluindo o Comércio, era de pouco mais de 50%; percentual este que saltou para cerca de 62% em 2001, representando, em termos absolutos, que os Serviços absorveram mais de 11 milhões de trabalhadores (de pouco mais de 33 milhões de pessoas para mais de 44,5 milhões), num período onde o setor primário reduziu sua participação, tanto absoluta,

¹⁶ Sobre a classificação proposta neste estudo, vale mencionar que há um trabalho acerca do Setor de Serviços no Nordeste, que ao analisar este setor entre os anos de 1985 a 1995, partindo da classificação de Browning e Singelman (1978), também considerou como “serviços pessoais”, um conjunto de atividades bastante próxima às atividades por nós consideradas: reparação e conservação, hospedagem e alimentação e outros serviços pessoais, que abarcam uma gama de atividades tais como serviços ligados à higiene pessoal, vestuário, aos serviços de diversão e atividades artísticas em geral, além dos serviços domésticos remunerados (Banco do Nordeste, 1997). Do ponto de vista da literatura internacional, Ballarino (2001) realiza uma análise do setor de serviços em Milão e considera como “servizi alla persona” o mesmo leque de atividades consideradas neste estudo.

¹⁷ Vale mencionar que, embora já seja possível a tabulação de anos mais recentes da PNAD, a opção por trabalhar com os de 1992 e 2001 refere-se ao fato da possibilidade de comparação no tempo, tendo e m vista as mudanças metodológicas da própria PNAD a partir de 2002, o que dificultou / impossibilitou a comparação direta em relação aos anos anteriores à mudança. Para tal, torna-se necessária uma compatibilização dos dados ao longo do período que se pretende estudar, o que demanda um certo tempo de análise, pesquisa e discussão. No entanto, é interessante esclarecer que, conforme se pode notar em algumas tabulações compatibilizadas já feitas, a tendência mostrada a partir da análise dos dados entre 1992 e 2001, não se alterou significativamente.

quanto relativa, no total dos ocupados e o setor secundário apresentou um leve incremento do ponto de vista absoluto, embora com queda, em termos relativos.

Em relação aos SPD, estes respondiam por 16,7% do total dos ocupados em 1992 (10.336.604) e subiram para 18,8% em 2001 (13.667.807). Tal incremento se deu a uma taxa de crescimento de 3,1% ao ano, superior à taxa de crescimento verificada para o conjunto dos ocupados (agrícolas e não-agrícolas) no país (1,7% aa) e, inclusive superior tanto em relação à taxa média de crescimento da economia brasileira no período que foi de 2%, quanto à taxa de crescimento da População Economicamente Ativa (PEA) que, ao longo dos anos 90, foi de 2,1% ao ano¹⁸.

No entanto, verifica-se que a taxa de crescimento dos SPD é inferior à taxa registrada nos serviços distributivos (3,2% aa) e, principalmente, nos serviços produtivos (3,9% aa). No primeiro caso, tal incremento está ligado ao notável aumento dos ocupados no comércio, principalmente no varejista e, no segundo, dois aspectos devem ser levados em conta: o baixo peso que estes tinham em 1992 (ou seja, eram bastante reduzidos quando comparados com o total dos ocupados em todos os grandes setores) e a terceirização, ou seja, transferência de atividades antes realizadas dentro da própria firma para firmas especializadas (Pochmann, 2001).

Tabela 1 - Distribuição dos Ocupados e Rendimento Médio (SMH) nos Setores de Atividade Econômica – Brasil, 1992 - 2001

Setores da Ativ. Econômica	1992			2001			Tx Cresc. (%)
	N	%	SMH	N	%	SMH	
Primário (1)	15.210.410	24,6	1,02	12.651.408	17,5	0,92	-2,1
Secundário (2)	13.113.483	21,2	2,32	14.918.670	20,6	3,25	1,4
Serv. Distrib.(3)	9.929.453	16,1	2,14	13.499.298	18,6	3,29	3,2
Serv. Prod. (4)	4.474.254	7,2	3,87	6.323.840	8,7	6,03	3,9
Serv. Sociais (5)	8.427.788	13,6	3,23	11.064.890	15,3	5,76	3,0
SPD (6)	10.336.604	16,7	1,12	13.667.807	18,9	2,14	3,1
Ign / Restante	306.366	0,5	1,65	302.191	0,4	2,21	-0,1
Total	61.798.358	100,0	2,17	72.428.104	100,0	3,17	1,7

Fonte: PNADs 1992 e 2001 – Elaboração própria

(1) Agricultura, Silvicultura e Pecuária, Extração Vegetal e Pesca e Piscicultura

(2) Extração Mineral, Indústrias de Transformação, da Construção e SIUP

(3) Comércio Atacadista, Varejista e Transportes

(4) Instituições Crédito, Seguros e Capital., Comunicação, Serviços técnico-profissionais e Serviços Auxiliares da Ativ. Econ.

(5) Serviços Comunitários e sociais, saúde e educação, administração pública e Defesa Nacional

(6) Serviços Aloj. e Aliment., Manut e Repar, Cabeler., Acad. e afins, serv. domést, Serv. diversão, lazer e outros .

¹⁸ Conforme dados mencionados por Baltar (2003).

No que tange à remuneração dos ocupados, antes é válido mencionar que se optou pela utilização do Salário-Mínimo Hora (SMH), que se trata de um instrumento estatístico que visa isolar as diferenças salariais causadas por jornadas de trabalho distintas e, desse modo, fornece informações em números médios de salários mínimos equivalentes a cada hora trabalhada¹⁹.

Desta forma, pode-se perceber, ainda de acordo com a Tabela 1, que, se por um lado, os SPD chamaram atenção pelo seu peso significativo no conjunto dos ocupados, por outro, chamam atenção por ser o segmento com os piores rendimentos médios registrados. Em 1992, o rendimento médio verificado para os ocupados em SPD (1,12 SMH) era levemente superior ao registrado no setor primário (1,02 SMH) e não chegava nem a metade do valor do rendimento médio atingido pelos ocupados no setor secundário (2,64 SMH). Vale notar que o baixo rendimento verificado nos SPD era também inferior ao registrado pelo conjunto dos ocupados, agrícolas e não – agrícolas (2,17 SMH).

A análise da composição interna dos rendimentos auferidos pelo setor de serviços, incluindo o comércio (serviços distributivos), também nos revela um quadro que corrobora a idéia de que o segmento dos SPD é caracterizado pelos seus rendimentos bastante baixos, guardando certas exceções²⁰. Como vimos, seu rendimento médio é o menor dentre os ramos de serviços mostrados, guardando considerável distância, sobretudo levando em conta os rendimentos médios verificados pelos ocupados nos serviços sociais e serviços produtivos, respectivamente, 3,23 e 3,87 SMH (Ver Tabela 1). Ou seja, é um subsetor marcadamente caracterizado pelos baixos rendimentos.

¹⁹ Em termos práticos, o cálculo desse instrumental foi feito a partir da relação entre o rendimento auferido pelo ocupado pelo salário mínimo vigente (com a utilização de um fator corretor sugerido pelo IPEA-DATA, de “2772.87” para o ano de 1992 e de “0.96” para 2001 e estabelecido em R\$ 200 referente a valores de janeiro de 2002), multiplicado pela relação entre a jornada de trabalho semanal estipulada na legislação trabalhista nacional, que é de 44 horas, pela jornada de trabalho semanal deste ocupado, em horas. Dessa forma, um ocupado que ganha R\$ 600 no mês e trabalha 45 horas semanais, tem um rendimento de 2,93 SMH ($600/200 * 44/45$), diferentemente de um outro ocupado que auferir o mesmo rendimento, mas que trabalha somente 35 horas na semana e, portanto tem um rendimento de 3,77 SMH ($600/200 * 44/35$).

²⁰ Vale lembrar que, como veremos adiante, os SPD compreendem um segmento do setor de serviços marcado por ampla heterogeneidade e alto grau de dispersão dos rendimentos auferidos internamente em seus diversos subsetores.

Em 2001, a análise dos rendimentos médios revela que, excetuando o setor primário, tanto no setor secundário, quanto nos serviços (inclusive levando em conta seus subsetores) verificou-se um aumento no nível dos rendimentos médios auferidos. Apesar da comparação com o ano de 1992, vale lembrar que foi um ano marcado por um baixo nível dos rendimentos, dada a acentuada estagnação econômica²¹; fato este que pode elevar, quando comparado ao ano de 2001, de forma mais que devida o real aumento dos rendimentos observados. Conforme se pode notar (Tabela 1), o incremento do nível do rendimento médio em 2001 foi bastante significativo, inclusive no subsetor dos SPD. No entanto, além de permanecerem muito baixos, os rendimentos dos SPD cresceram num ritmo inferior aos demais subsetores, inclusive em relação ao total dos ocupados, cujo crescimento excedeu 60%, passando de 2,17 SMH em 1992 para 3,17 SMH em 2001.

Feita esta apresentação mais global, pretende-se, a seguir, analisar de forma mais desagregada a evolução e o perfil dos ocupados nos SPD, com base em tabulações especiais nos microdados da PNAD para os anos de 1992 e 2001 e na tipologia e metodologia propostas e apresentadas anteriormente.

Do total dos ocupados em SPD, a maior concentração encontra-se, como se poderia supor, no ramo de serviços domésticos remunerados (44,8% em 2001), seguido pelos ramos de alojamento e alimentação (19,5%) e de manutenção e reparação (15,8%). Por sua vez, embora pese relativamente pouco, o ramo de atividades recreativas, culturais e desportivas foi o que mais cresceu ao longo do período analisado (6,9%aa), seguido pelo de cabeleireiros, academias e afins (6,3%aa), o que nos indica, certa “modernização” das atividades que compõem os SPD, uma vez que esses setores vêm demandando, como veremos adiante, um perfil de ocupados com melhores níveis de escolaridade e de formação técnico-especializada, como, por exemplo, os profissionais ligados aos empregos de personal trainer, esteticistas, etc. (Tabela 2).

Em relação aos rendimentos, nota-se que é um subsetor bastante heterogêneo²²; só para se ter uma idéia, o maior rendimento médio registrado - nas atividades

²¹ Sobre esta questão, ver Baltar (2003).

²² A heterogeneidade é uma característica peculiar e estrutural do próprio mercado de trabalho nacional. No entanto, em se tratando dos serviços pessoais e domiciliares, tendo em vista, inclusive, a diversidade de seus segmentos, tal heterogeneidade se intensifica. Em outros exercícios estatísticos, com base em tabulações que não cabem ser reproduzidas neste trabalho, percebeu-se que a heterogeneidade de rendimentos nos SPD é marcante, tanto em relação à comparação com outros subsetores dos serviços, quanto em relação aos rendimentos verificados dentro dos próprios ramos que compõem os SPD. Indo

recreativas, culturais e desportivas, tidas como serviços “superiores” - chega a mais de quatro vezes o verificado nos serviços domésticos. De forma geral, de acordo com a Tabela 2, percebe-se um aumento nos rendimentos quando comparam os anos de 1992 e 2001, no entanto, não se deve esquecer que em 1992, a renda estava bastante baixa, o que leva a um certo recrudescimento do aumento verificado. Nos serviços domésticos, embora o nível do rendimento médio tenha também se elevado, ainda continua muito baixo; quase a metade do rendimento verificado para o total dos ocupados nos SPD.

Tabela 2 - Distribuição dos Ocupados e dos Rendimentos (em SMH) nos SPD segundo Ramos de Atividades - Brasil, 1992- 2001

Ramo de Atividade	1992			2001		
	N	%	SMH	N	%	SMH
Manutenção e Reparação	1.767.559	17,1	2,29	2.159.514	15,8	2,98
Alojamento e Alimentação	2.139.677	20,7	1,96	2.665.222	19,5	2,48
Atvs. Recreat., Culturais e Desport.	217.069	2,1	4,31	396.366	2,9	6,70
Cabeleireiros, Academias e Afins	537.503	5,2	2,35	929.411	6,8	2,95
Serv. Domésticos Remunerados	4.403.393	42,6	0,87	6.123.178	44,8	1,41
Outros Serviços Pessoais	1.199.046	11,6	1,50	1.407.784	10,3	2,03
Total	10.336.604	100,0	1,53	13.667.807	100,0	2,19

Fonte: PNAD - 1992 e 2001 – Elaboração Própria

No que se refere à distribuição dos ocupados em SPD, segundo o gênero (Tabela 3), nota-se que a grande maioria deste subsetor é formado por ocupados do sexo feminino, que atinge, em 2001, quase 70% do total dos ocupados²³. Tal constatação está ligada ao fato do significativo peso do serviço doméstico remunerado no total dos SPD. Conforme apontou Melo et al (1998), o serviço doméstico remunerado é a principal ocupação das mulheres brasileiras, embora tenha se observado um pequeno aumento da participação masculina, provavelmente explicado pela recessão econômica e reestruturação industrial.

Para Moretto & Pochmann (2005), os serviços domésticos foram atividades que ganharam destaque ao longo dos anos 90, “onde as poucas oportunidades de trabalho e

além, as disparidades são também gritantes dentro do mesmo ramo de atividade, variando em função das diferentes ocupações e de acordo com a posição na ocupação, conforme veremos adiante.

²³ Em estudos anteriores, Moraes (2004, 2005 e 2005 a), mostrou que do total dos ocupados em SPD, há uma maior participação de mulheres nos ramos de serviço doméstico remunerado, cabeleireiros, academias e afins e em “outros serviços pessoais” (sobretudo nas atividades como astrólogas, cartomantes e de “casas de festas” e bordéis, além de tinturarias e lavanderias e atividades funerárias), enquanto que nos ramos de manutenção e reparação e de atividades recreativas, culturais e desportivas há uma maior predominância de ocupados do sexo masculino; já os ramos de alojamento e alimentação registraram certa equivalência no total de seus ocupados, ou seja, é um ramo marcado por quase 50% de ocupados de cada sexo.

o desemprego crescente entre os homens levaram estes a assumir postos de trabalho que, tradicionalmente, eram ocupados pelas mulheres” (p.101). Em se tratando dos SPD como um todo, percebe-se, mesmo mediante a uma redução relativa da participação dos ocupados do sexo masculino, uma variação absoluta positiva para ambos os gêneros, sendo de 29% para os homens e de 34% para as mulheres, o que ainda indica um maior incremento para os ocupados do sexo feminino. No que tange aos rendimentos, como se poderia supor, o valor registrado, em SMH, para as mulheres é cerca da metade do auferido pelos ocupados do sexo masculino.

No ano de 2001, embora proporcionalmente o rendimento das mulheres tenha aumentado mais que dos homens (53% e 32%, respectivamente), a distância entre o rendimento auferido pelas mulheres vis-à-vis ao registrado para os homens, aumentou em quase 10 pontos percentuais, quando se comparam, em ambos os anos, os rendimentos das mulheres em relação aos dos homens.

Tabela 3 - Distribuição dos ocupados e dos rendimentos (em SMH) nos SPD segundo Gênero- Brasil, 1992 – 2001

Gênero	1992			2001		
	N	%	SMH	N	%	SMH
Masculino	3.514.445	34,0	2,27	4.537.712	33,2	3,01
Feminino	6.822.159	66,0	1,16	9.130.095	66,8	1,78
Total	10.336.604	100,0	1,53	13.667.807	100,0	2,19

Fonte: PNAD - 1992 e 2001 – Elaboração Própria

Do ponto de vista da faixa etária dos ocupados em SPD, a Tabela 4, nos mostra que mais da metade destes está compreendida entre as faixas de 25 a 49 anos; faixa esta que passou de 54,1% para 60,3% do total dos ocupados em SPD. No entanto, chama atenção o aumento observado dos ocupados situados na faixa dos 50 anos ou mais; faixa etária que apresentou a maior taxa de crescimento anual (4,6%). Tal constatação pode indicar que, provavelmente, os ocupados com esta faixa de idade estão realizando atividades com o intuito de complementarem suas rendas. Por outro lado, nota-se uma queda – tanto absoluta quanto relativa – dos ocupados de 10 a 17 anos e uma redução relativa, mas não absoluta daqueles que possuem entre 18 a 24 anos. Ou seja, percebe-se um processo de “amadurecimento” dos ocupados em SPD, com uma ligeira melhora no nível de rendimento auferido (ver Tabela 4).

Tabela 4 -Distribuição dos Ocupados e dos Rendimentos (em SMH) nos SPD segundo Faixa Etária - Brasil, 1992 – 2001

Fx etária (em anos)	1992			2001		
	N	%	SMH	N	%	SMH
De 10 a 17	1.281.739	12,4	0,60	902.075	6,6	0,90

De 18 a 24	2.077.657	20,1	1,21	2.460.205	18,0	1,58
De 25 a 49	5.592.103	54,1	1,83	8.241.688	60,3	2,40
50 ou mais	1.385.105	13,4	1,69	2.077.507	15,2	2,62
Total	10.336.604	100,0	1,53	13.667.807	100,0	2,19

Fonte: PNAD - 1992 e 2001 - Elaboração Própria

Em se tratando do nível de escolaridade dos ocupados em SPD, nota-se claramente, a partir dos dados da Tabela 5, que este é um subsetor caracterizado por um baixo nível de escolaridade, tendo em vista que em 1992, quase 80% não tinham sequer o primeiro grau completo, ou seja, até 7 anos de escolaridade, enquanto que somente 0,6% - menos que 1% do total dos ocupados em SPD - tinham o nível superior completo. A comparação com o ano de 2001 aponta uma relativa melhora no nível de escolaridade destes ocupados, uma vez que a participação dos que não têm sequer o primeiro grau completo passou de cerca de 80% em 1992, para 64% em 2001 (embora do ponto de vista absoluto, o número de ocupados nesta faixa de anos de estudo tenha aumentado) e a participação dos que completaram o ensino superior elevou-se de 0,6% em 1992, para 1,5% do total dos ocupados em 2001, inclusive num ritmo de crescimento anual bem mais elevado que o apresentado pelo crescimento absoluto dos ocupados na primeira faixa de anos de estudo. As faixas intermediárias de anos de estudo também apresentaram crescimento bastante considerável, o que ajuda corroborar a idéia de que houve uma melhora no nível de escolaridade dos ocupados em SPD, sobretudo levando-se em conta as novas exigências de determinadas atividades, tais como professores de educação física nas academias, profissionais altamente qualificados para atuarem em serviços de alojamento e alimentação, além de profissionais do ramo de estética, cirurgias plásticas e afins; atividades estas onde é imprescindível a formação superior e que são direcionadas, em grande medida, às pessoas e famílias de mais alta renda.

No que concerne à relação entre os rendimentos auferidos e o nível de escolaridade, embora se verifique um aumento dos rendimentos tanto em relação ao maior tempo de escolaridade em cada ano, quanto à sensível melhora de um ano para outro, em 1992, passar de uma faixa de escolaridade para uma outra com mais anos de estudo, contemplava um aumento maior no nível do rendimento médio auferido. Só para se ter uma idéia, em 1992, o ocupado que completava o primeiro e o segundo graus, percebia, em média, um aumento de 62% e 61%, respectivamente. Já em 2001, atingir estas mesmas faixas de escolaridade significava um incremento de 39% e 49%

nos respectivos rendimentos. Exceção é o caso daqueles que completam o nível superior: em 1992 atingir este nível de estudo significava um aumento de quase 60% no nível de rendimento médio, enquanto que em 2001 tal diferença impactava de uma maneira bem mais significativa, chegando quase triplicar o rendimento dos ocupados com este perfil educacional.

Todavia, vale lembrar que estes ocupados representam uma parte bastante irrisória, senão insignificante, dos ocupados em SPD, conforme nos mostra a Tabela 5 abaixo. Ou seja, ainda é um setor marcado, fundamentalmente, pelos baixos níveis de escolaridade, conforme nos apontaram os dados para 2001, onde somente 1,5% havia completado o ensino superior e a grande massa dos ocupados (84%) não possuía sequer o primeiro grau completo. Tal constatação nos leva a refletir acerca da idéia da “precariedade da inserção do povo pobre e de sua necessidade de sondar e delinear continuamente brechas para subsistir” (Lessa, 2000: 228), tendo em vista a “vasta panóplia de empregos possíveis” (Castel, 1999), ou seja, de atividades “serviçais” que não exigem estudo e/ou qualificações técnicas. Em outros termos, os baixos níveis de escolaridade guardam certa relação com determinadas atividades em que o nível de escolaridade mínimo não se coloca como uma “barreira à entrada”, sobretudo no contexto atual marcado por altas e prolongadas taxas de desemprego e de “estreitamento” do mercado formal de trabalho (Baltar, 2003; 2003 a).

Tabela 5 - Distribuição dos ocupados e dos rendimentos (em SMH) nos SPD segundo Escolaridade - Brasil, 1992 – 2001

Fx escolaridade (em anos)	1992			2001		
	N	%	SMH	N	%	SMH
Até 7	8.196.927	79,3	1,26	8.733.729	63,9	1,67
De 8 a 10	1.302.412	12,6	2,05	2.692.558	19,7	2,33
De 11 a 14	764.909	7,4	3,31	2.036.503	14,9	3,49
15 ou mais	65.121	0,6	5,25	205.017	1,5	9,75
Total	10.336.604	100,0	1,53	13.667.807	100,0	2,19

Fonte: PNAD - 1992 e 2001 - Elaboração Própria

Do ponto de vista da literatura internacional, conforme o já mencionado autor Robert Castel (1999), é possível distinguir dois grandes tipos de serviços pessoais: os chamados “serviços de reparação”, conforme propugnou Erving Goffman e os serviços do tipo “jazidas de emprego”. Em relação aos “serviços de reparação”, vale esclarecer que estes se dão no sentido de “intervenção sobre outrem”, ou seja, trata-se principalmente de atividades médicas, sociais, médico-sociais, podendo também

acrescentar atividades tais como de advogados, arquitetos, psicólogos, ou seja, atividades que exigem especialidades dotadas de “competência técnica muito ou relativamente sofisticada”. Já em se tratando dos serviços pessoais do tipo “jazidas de emprego”, Castel defende a idéia de serem serviços de ajudas à pessoa “cuja necessidade se faz sentir por causa da quebra das formas de ajuda mútua informal que é induzida pela urbanização, pelo estreitamento das relações familiares sobre a família conjugal, pelas pressões da organização do trabalho, etc.”. Para o autor, “o profissional sobrecarregado pode não ter tempo de levar seu cachorro para passear, e não pode pedir esse serviço a seus vizinhos, porque não tem nenhuma relação com eles”, além do que, “pode não saber cozinhar e pedir para lhe entregarem uma pizza...”. Eis o que ele chama de “jazidas de emprego”, ou melhor, de subempregos, “que são, de fato, o financiamento de serviços de ordem doméstica”.

Por fim, cabe analisar a evolução do emprego e dos rendimentos dos ocupados em SPD, levando em conta a estrutura da posição na ocupação; análise essa que nos deixa claro a relação deste subsetor com a informalidade no mercado de trabalho brasileiro, uma vez que parte significativa dos ocupados encontra-se em atividades sem carteira de trabalho assinada e por conta-própria.

Em se tratando especificamente do mercado de trabalho, ou seja, do total dos empregados com e sem carteira, nota-se que a sua dimensão, isto é, sua relação com o total de ocupados, passou de 22% para 24% de 1992 a 2001, sendo a proporção de empregados formalizados inferior, tanto em termos relativos, quanto absolutos, quando comparados com os sem carteira de trabalho assinada, o que deixa claro ser um subsetor marcado pela baixa formalização. No entanto, quando se analisa a taxa de crescimento anual de cada posição na ocupação, percebe-se, ao longo do período analisado, que a taxa de crescimento dos empregados formais foi a que registrou um aumento sensivelmente superior (4,6% aa) à registrada pelos empregados “não formais” (3,4% aa), e, inclusive com o total do subsetor de SPD que cresceu a uma taxa de 3,0% aa, conforme nos indicam os dados da Tabela 6.

Tabela 6 - Distribuição dos Ocupados e dos Rendimentos (em SMH) nos SPD segundo Escolaridade - Brasil, 1992 – 2001

Posição na Ocupação	1992			2001		
	N	%	SMH	N	%	SMH
Empregado Formal	1.075.007	10,4	2,17	1.626.469	11,9	2,50
Empregado Não Formal	1.219.719	11,8	1,33	1.667.472	12,2	1,85
Conta-Própria	3.266.367	31,6	1,98	3.717.644	27,2	2,72
Empregado Doméstico	4.403.393	42,6	0,86	6.123.178	44,8	1,41

Empregador	382.454	3,7	4,33	533.044	3,9	7,52
Total	10.336.604	100,0	1,53	13.667.807	100,0	2,19

Fonte: PNAD - 1992 e 2001 - Elaboração Própria

Entretanto, um dos aspectos que mais chama a atenção nesta Tabela, refere-se ao significativo peso dos empregados domésticos e também dos ocupados na posição de conta-própria. Em 1992, estes representavam, respectivamente, 42,6% e 31,6% do total dos ocupados em SPD. No ano de 2001, embora se observe uma redução relativa dos ocupados na condição de conta-própria, em termos absolutos, estes aumentaram e apresentam significativa participação no conjunto dos ocupados em SPD. Já em relação aos empregados domésticos, o aumento é observado tanto em termos absolutos quanto relativos, inclusive a uma taxa de crescimento anual de 3,5%. A proporção de empregadores, embora tenha sofrido leve aumento, ainda é bastante inexpressiva se analisada do ponto de vista do total dos ocupados neste subsetor.

Em se tratando da posição na ocupação, Moretto & Pochmann (2005) chamam a atenção para o fato de que, de maneira geral, no setor de serviços, os trabalhadores por conta-própria e empregadores (além, é claro, dos trabalhadores sem carteira assinada) representam trabalhadores em atividades de baixo rendimento e que também não estão cobertos pelo sistema de proteção social. Tal constatação pode também ser encontrada num recente estudo sobre informalidade no Brasil, de Ramos e Ferreira (2005). Para os autores, cujo objetivo era examinar a evolução da informalidade no mercado de trabalho brasileiro, o setor de serviços sempre foi, ao longo do período analisado (1991-2003), bastante marcado pelos “vínculos informais”, ou seja, caracterizado por “relações de trabalho não-protegidas”.

Nesta perspectiva, conforme nos apontam os dados, tal realidade se intensifica quando se refere especificamente aos serviços pessoais e domiciliares. Preocupação ainda maior se dá quando se adiciona à análise, os serviços domésticos, não só por sua expressividade em termos de ocupação, mas pelos baixos rendimentos auferidos pelos seus ocupados (ver Tabela 6). Ainda sobre os rendimentos nos SPD, vale frisar que a análise dos dados, segundo posição na ocupação, reitera o fato de que se trata de um subsetor marcado fundamentalmente pelos baixos rendimentos.

4 Considerações Finais

Conforme se tentou mostrar, os SPD é um subsetor de suma importância para entender e refletir determinados aspectos imanentes tanto ao setor de serviços como um todo, quanto aos aspectos mais gerais do mercado de trabalho brasileiro. Os SPD contemplam o subsetor do setor de serviços com maior número de trabalhadores, representando, em 2001, mais de 30% do total dos seus ocupados. No entanto, em se tratando dos rendimentos, este se mostra como o subsetor que pior remunera, ou seja, que apresenta remunerações inferiores às verificadas para o conjunto dos serviços e dos demais setores da atividade econômica.

Em outros termos, se por um lado, o subsetor de SPD é o que mais absorveu mão-de-obra e gerou ocupações ao longo desses últimos anos, por outro, é o que apresentou os mais baixos rendimentos, inclusive com considerável grau de heterogeneidade.

Além do que, conforme se pôde notar, é um subsetor, do ponto de vista ocupacional, bastante heterogêneo e caracterizado por uma certa “dualidade”, tendo em vista que é um subsetor representado por atividades mais tradicionais como a expressiva camada de empregados domésticos remunerados, além de determinadas atividades, tais como professores de educação física nas academias, profissionais altamente qualificados para atuarem em serviços de alojamento e alimentação, e profissionais do ramo de estética, cirurgias plásticas e afins; atividades estas que são direcionadas, em grande medida, às pessoas e famílias de mais alta renda, sobretudo num contexto de aperfeiçoamento e diferenciação da vida urbana metropolitana, acompanhada de uma progressiva sofisticação dos hábitos urbanos e por uma crescente heterogeneidade social.

Ou seja, mesmo que ainda persista uma considerável gama de atividades mais tradicionais, inclusive sendo estas o “grosso” dos SPD, nota-se uma certa “modernização” em algumas de suas ocupações, sobretudo às ligadas à prestação de serviços para uma camada com diferenciado poder aquisitivo, onde as exigências técnica e de qualificação e formação superior, além da qualidade dos serviços prestados são condições essenciais para que se possa ocupar determinados postos de trabalho.

De maneira geral, o perfil dos ocupados em SPD revelado neste estudo, entre 1992 e 2001, aponta para um subsetor marcado pelas determinadas características: a) maior proporção de mulheres, com rendimentos bastante inferiores quando comparados com os ocupados do sexo masculino, que já são relativamente baixos; b) certo

“amadurecimento”, ou seja, absorção de ocupados com uma faixa etária entre 25 a 49 anos e 50 anos ou mais, o que pode indicar que certas atividades têm sido realizadas como fonte complementar de renda; c) embora se perceba uma sensível melhora no nível de escolaridade, ainda é demasiado baixo o nível de escolaridade, visto que mais de 80% não possuem o segundo grau completo; d) do ponto de vista da posição na ocupação, nota-se que é um subsetor onde o mercado de trabalho tem um peso pouco significativo, com um baixo nível de formalização, além da incidência de trabalhadores sem carteira de trabalho assinada e, sobretudo, por conta-própria, sem dizer os inúmeros ocupados nos serviços domésticos remunerados, o que revela ser o subsetor que apresenta os maiores níveis de informalidade entre seus trabalhadores ocupados e e) do ponto de vista dos ramos que compreendem os SPD, do total dos ocupados em 2001, cerca de 45% estão nos serviços domésticos remunerados; 19,5% nos serviços de alojamento e alimentação; 15,8% nos serviços de manutenção e reparação; 10,3% em “outros serviços pessoais”, tais como tinturarias, lavanderias, corte e embelezamento de animais, atividades funerárias, astrólogas, cartomantes, além de serviços ligados às “casas de festas”, bordéis e prostíbulos; 6,8% nos serviços de cabeleireiros, academias e afins e 3,0% em atividades recreativas, culturais e desportivas.

Vale frisar que este estudo chama atenção à dimensão que os serviços domésticos remunerados atingiram no país, num período em que o Governo Federal apontava na direção de uma “inserção no Primeiro Mundo”. Trata-se, sem dúvida, de uma “modernização conservadora” da economia e da sociedade brasileiras.

Como bem mostraram Cardoso de Mello & Novais (1998), não se pode construir uma nação civilizada e uma economia moderna e pujante tendo como alicerce um padrão de desenvolvimento que se apóia em atividades de baixas remuneração e qualificação, bem como num padrão de sociabilidade marcado pelo clientelismo quase sempre associado à prestação de serviços pessoais e domiciliares.

Conforme já advertia Adam Smith, em “A Riqueza das Nações”, de 1776, nenhuma sociedade pode ser florescente e feliz, se a grande maioria de seus membros forem pobres e miseráveis. Além disso, “manda a justiça que aqueles que alimentam, vestem e dão alojamento ao corpo inteiro da nação, tenham uma participação tal na produção de seu próprio trabalho, que eles mesmos possam ter mais que alimentação, roupa e moradia apenas sofrível” (1983:101).

Assim, conhecer a dinâmica dos SPD é um passo importante para desvendar a realidade de um país marcado por uma profunda desigualdade socioeconômica e, portanto, um avanço inquestionável para se pensar em políticas públicas de emprego e distribuição de renda no nosso país; objetivos que contemplarão os próximos passos desta empreitada, uma vez que se pretende investigar mais detalhadamente certos aspectos que permeiam esta pertinente discussão.

5 Referências Bibliográficas

ALMEIDA, W.J., SILVA, M.C. Dinâmica do setor de serviço no Brasil – emprego e produto. Rio de Janeiro: IPEA / INPES. Coleção Relatórios de Pesquisa, no. 18, 1973.

ALMEIDA, Anna Luiza Ozório de. Distribuição de renda e emprego em serviços. Rio de Janeiro: IPEA / INPES. Coleção Relatórios de Pesquisa, no. 34, 1976.

ANDRADE, Paulo Roberto Franco. Dinâmica da ocupação no setor terciário no Brasil, 1950-1980: um estudo introdutório. Rio de Janeiro: IE/UFRJ, 1989. (Dissertação de Mestrado).

BALLARINO, Gabriele. Modelli di sviluppo postindustriale e struttura del terziario: il caso di Milano. IRES Lombardia, Nuova Collana Ricerche 1, 2001.

BALTAR, P., DEDECCA, C. Emprego e salários nos anos 60 e 70. Campinas: IE/ UNICAMP, 1992.

BALTAR, P., CACCIAMALLI, M., DEDECCA, C. Mercado de trabalho no Brasil: o aumento da informalidade nos anos 90. Relatório Final. Convênio IPEA / FECAMP. Campinas: IE / UNICAMP, 1997.

BALTAR, P. O mercado de trabalho no Brasil dos anos 90. Campinas: IE/UNICAMP, 2003 (Tese de Livre-Docência).

BALTAR, P. Estrutura econômica e emprego urbano na década de 1990. IN: Proni, M., HENRIQUE, W. (org.). Trabalho, mercado e sociedade: o Brasil nos anos 90. São Paulo: Editora UNESP, Campinas: IE/UNICAMP, 2003, p. 107-152.

BARBOSA DE OLIVEIRA, Carlos Alonso. Formação do mercado de trabalho no Brasil. In: OLIVEIRA, Marco Antônio (org.). Economia & Trabalho: textos básicos. Campinas: UNICAMP – IE, 1998, p. 113-129.

BARCET, A ., BONAMY, J. Qualité et qualification des services. IN: DE BANDT, J., GADREY, J. (dir.). Relations de service, Marchés de service. CNRS Éditions, 1994.

BELL, Daniel. O advento da sociedade pós-industrial. São Paulo: Cultrix, 1977.

BROWNING, H. C., SINGELMANN, J. The transformation of the US Labour Force: the interaction of industry and occupation. Politics and Society. Springfield, 1978.

BRUNO, Ernani Silva. História e tradições da cidade de São Paulo. São Paulo: Editora Hucitec, 4 ed. , vol. 3, 1991. Coleção Estudos Históricos 3.

- CANO, Wilson. Aspectos teóricos e metodológicos para análise do setor terciário. IN: Cenários da urbanização paulista (documento básico). Coleção São Paulo no limiar do século XXI. São Paulo: Fundação SEADE, 1992. 8v.
- CARDOSO Jr., José Celso. Estrutura setorial-ocupacional do emprego no Brasil e evolução do perfil distributivo nos anos 90. Rio de Janeiro: IPEA, jul. 1999. (Texto para discussão, n. 655).
- CARDOSO DE MELLO, J. M. & NOVAIS, F. Capitalismo tardio e sociabilidade moderna. In: SCHWARCZ, L. M. (org.) História da vida privada no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, vol. 4.
- CARVALHO, Marcelo Soares de. Absorção de mão-de-obra no setor de serviços brasileiro dos anos 90. Campinas: IE/UNICAMP, 2004. (Dissertação de Mestrado).
- CASTEL, Robert. As metamorfoses da questão social: uma crônica do salário. Trad. de Iraci Poleti, 2 ed. Petrópolis: Editora Vozes, 1999.
- CASTELLS, Manuel. A sociedade em rede. Trad. de Roneide Venâncio Majer. São Paulo: Editora Paz e Terra, 2000.
- CEPAL. Las transformaciones de la estructura socio-ocupacional del Brasil, 1960-1980, y la crisis social de los años ochenta. Santiago de Chile, Naciones Unidas, 1989.
- CESO – Consultoria & Estudos & GEOIDEIA – Estudos de Organização de Território. Ramo de actividades dos serviços: âmbito actual e perspectivas de evolução futura. Lisboa: CESO, 2000.
- CLARK, C. A. The conditions of economic progress. Machimilan, London, 1940.
- DEDECCA, C., MONTAGNER, P. Crise econômica e desempenho do terciário. IN: São Paulo em Perspectiva. São Paulo, vol6, no.3, jul / set, 1992.
- DEDECCA, C. Anos 90: a estabilidade com desigualdade. In: PRONI, M., HENRIQUE, W. Trabalho, mercado e sociedade: o Brasil nos anos 90. São Paulo: Editora UNESP; Campinas – SP, IE UNICAMP, 2003, p. 71-106.
- DE BANDT, Jacques. De l'économie des biens à l'économie des services: la production de richesses dans et par les services. IN: DE BANDT, J., GADREY, J. (dir.). Relations de service, Marchés de service. CNRS Éditions, 1994.
- DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTUDOS ESTATÍSTICOS E ESTUDOS SÓCIO-ECONÔMICOS, DIEESE. O mercado de trabalho no Brasil. São Paulo: DIEESE, 2001.
- DWEEK, Ruth Helena. Serviços de higiene pessoal: a beleza como variável econômica reflexo nos mercados de trabalho e de bens e serviços. In: MELO, Hildete, SABBATO, Alberto (orgs). Os serviços no Brasil: estudo de casos. Rio de Janeiro: MICT, 1998.
- GADREY, Jean. Les relations de service dans le secteur marchand. IN: DE BANDT, J., GADREY, J. (dir.). Relations de service, Marchés de service. CNRS Éditions, 1994.
- GADREY, Jean. Emprego, produtividade e avaliação do desempenho dos serviços. IN: SALERNO, Mario Sérgio (org.). Relação de serviço: produção e avaliação. São Paulo: Editora SENAC. (Série Trabalho e Sociedade), 2001.
- GERSHUNY, J., MILES, I. The new service economy: the transformation of employment in industrial societies. Londres: Francis Pinter, 1983.
- GOMES, Darcilene. Reestruturação da economia nos anos 90 e o Mercado de trabalho brasileiro. IN: ANAIS do X Encontro Nacional de Economia Política, SEP, 2005.

- GORZ, André. Miserias del presente, riqueza de lo posible. Trad. de Cristina Piña. Paris: Editora Galilée, 1997.
- GORZ, André. Metamorfoses do trabalho: crítica da razão econômica. Trad. de Ana Montoia. São Paulo: Annablume, 2003.
- GUERREIRO, Maria das Dores. Os trabalhadores dos serviços de cuidados pessoais e domésticos. In: Os serviços prestados às famílias: análise de quatro conselhos da área metropolitana de Lisboa. European Foundation for the Improvement of living and working conditions. Lisboa, 2000.
- HENRIQUE, Wilnês. O capitalismo selvagem: um estudo sobre a desigualdade no Brasil. Campinas: IE / UNICAMP (Tese de doutorado), 1999.
- ILLERIS, S. The service economy: a geographical approach. Londres: John Wiley & Sons, 1996.
- INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. Dinâmica do setor de serviços no Brasil – emprego e produto. Rio de Janeiro: IPEA, 2000. (Relatório de Pesquisa, 18).
- KON, Anita. Sobre as atividades de serviços: revendo conceitos e tipologias. Revista de Economia Política. vol 19, no. 2 (74), abril – junho, 1999.
- KON, Anita. Atividades terciárias: induzidas ou indutoras do desenvolvimento econômico? (Paper apresentado em comemoração do centenário do nascimento de Raul Prebisch). Rio de Janeiro: UFRJ/IE, 2001.
- LESSA, Carlos. , et al. O Rio de todos os Brasis: uma reflexão em busca de auto-estima. Rio de Janeiro: Record, 2000. Coleção Metrôpoles.
- LIMA, F., SOARES, R., LEAL, L. A relação de serviço na produção material e na produção imaterial. IN: CD-ROM do Congresso da ABERGO, setembro de 2002.
- MATTOSO, Jorge. A desordem do trabalho. Campinas: Scritta, 1995, (Tese de doutoramento – IE / UNICAMP).
- MATTOSO, Jorge. O Brasil desempregado. São Paulo: Editora Perseu Abramo, 1999. 47p.
- MEIRELLES, Dimária Silva. Serviços: características e organizações de mercado. IN: ANAIS do X Encontro Nacional de Economia Política, SEP, 2005. p. 4476-4497.
- MELO, Hildete, et al. É possível uma política para o setor serviços? Rio de Janeiro: 1997, IPEA (Texto para discussão, no. 457).
- MELO, Hildete, et al. O setor serviços no Brasil: uma visão global – 1985/95. In: A economia brasileira em perspectiva. Rio de Janeiro: IPEA, v.2, 1998, p.665-712.
- MELO, Hildete, et al. O crescimento dos serviços no Brasil: considerações preliminares. IN: ANAIS do V Encontro Nacional da ABET, 1999. p. 447-467.
- MONTAGNER, P., BERNARDES, R., MATTEO, M. A demanda por serviços: o que há de novo na economia paulista. In: São Paulo em perspectiva. São Paulo: Fundação SEADE. Vol. 13, no. 2, 1999.
- MORAIS, Leandro Pereira. Os serviços pessoais no Brasil. In: ANAIS do II Encontro Nacional de Pós Graduação em História Econômica. Niterói: UFF, 2004, CD ROM, 25 p.
- MORAIS, Leandro Pereira. Dinâmica das ocupações e dos rendimentos do trabalho no setor de serviços pessoais e domiciliares no Brasil durante a década de 90. IN: Mercado de Trabalho e Modernização no Setor Terciário Brasileiro: estudos DIEESE/CESIT, 2005. CD ROM, 93 p.

MORAIS, Leandro Pereira. Ocupações e rendimentos no subsetor de Serviços Pessoais e Domiciliares no Brasil metropolitano” (1992-2002). IN: Mercado de Trabalho e Modernização no Setor Terciário Brasileiro: estudos DIEESE/CESIT, 2005a. CD ROM, 75p.

MORAIS, Leandro Pereira. Desenvolvimento socioeconômico, urbanização e o emprego em serviços pessoais e domiciliares no Brasil: modernização e/ou retrocesso? In: ANAIS do IX Encontro Nacional da ABET. Recife: 13 a 16 de novembro, 2005 b, CD ROM, 25 p.

MOREIRA, Daniel Augusto. Medida da produtividade em atividades de serviços: alguns problemas e soluções. Revista de indicadores de Qualidade e Produtividade, fev. 1993. p. 59 – 78.

MORETTO, A . , POCHMANN, M. Comportamento da ocupação no setor terciário brasileiro. IN: TEIXEIRA, M. , LADOSKY, M.H., DOMINGUES, M. R. (org.). Negociação e contratação coletiva da qualificação sócio-profissional nas relações capital-trabalho. São Paulo: CUT, 2005, p. 89-114.

OFFE, Claus. O capitalismo desorganizado: transformações contemporâneas do trabalho e da política. São Paulo: Editora Brasiliense, 1989.

OFFE, Claus. Trabalho e sociedade. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, vol. 2, 1991.

OLIVEIRA, Francisco de. A economia brasileira: crítica à razão dualista. São Paulo: Editora Brasiliense / CEBRAP, 1976.

POCHMANN, M. O trabalho sob fogo cruzado. São Paulo: Contexto, 1999.

POCHMANN, M. A década dos mitos: o novo modelo econômico e a crise do trabalho no Brasil. São Paulo: Contexto, 2001.

RAMOS, L. , FERREIRA, V. Padrões espacial e setorial da evolução da informalidade no Brasil – 1991/2003. Rio de Janeiro: 2005, IPEA (Texto para discussão, no. 1099). Disponível on line (www.ipea.gov.br/textosparadiscussao)

RIBEIRO, Maria Alice Rosa. O mercado de trabalho na cidade de São Paulo nos anos 20. IN: SZMRECSÁNYI, Thiago (org.). História econômica da Primeira República. São Paulo: Editora Hucitec, 1996, p. 341-368.

SMITH, A . (1776) A riqueza das nações. São Paulo: Abril Cultural, 1983, vol 1, p. 101.

SALERNO, Mario Sérgio (org.). Relação de serviço: produção e avaliação. São Paulo: Editora SENAC. (Série Trabalho e Sociedade), 2001.

SANTOS, Anselmo L. Evolução do mercado de trabalho: motivos para otimismo? In: Jornal da USP, Opinião, 22 a 28 de abr, 2002, p. 2.

SINGER, Paul. Força de trabalho no Brasil. SP: CEBRAP, Caderno no. 3, 1971.

TAVARES, Maria da Conceição. A economia política do Real. In: MERCADANTE, A . (org). O Brasil pós Real: a política econômica em debate. Campinas: IE / UNICAMP, 1997, p. 101 – 130.